



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681211 - RS (2021/0225346-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ALEXSANDRA RIBEIRO FRANCO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXSANDRA RIBEIRO FRANCO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (5070128-18.2021.8.21.7000).

A paciente foi presa preventivamente pela prática, em tese, dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta que a paciente foi presa preventivamente de modo injustificado, mencionando nulidade do flagrante, decorrente de invasão de domicílio. Aduz ausência dos requisitos autorizadores da prisão e falta de fundamentação do decreto de prisão, asseverando que os delitos não envolvem violência ou grave ameaça. Defende, ainda, quanto à paciente, a prisão domiciliar, uma vez que esta possui dois filhos menores que desta dependem.

Requer a concessão da liminar, e, ao final, a concessão do *habeas corpus* para cassar o acórdão proferido pelo TJRS, concedendo a liberdade provisória à paciente ou substituindo a prisão preventiva por medidas cautelares diversas (prisão domiciliar).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar.

Não obstante o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal e a

decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP, não há certeza que a convivência da paciente com seus filhos é a melhor solução a ser seguida ou que essa possa protegê-los. Pelo contrário, os fatos até agora revelados demonstram que a manutenção da paciente em seu lar, além de permitir que ela prossiga livremente no mister de comercializar drogas, é negativa para as crianças, por sua aparente dedicação a atividades criminosas, hipótese que suscita dúvidas sobre o enquadramento da condição da paciente, uma vez que a matéria não é pacífica na jurisprudência desta Corte e, em alguns julgados, indica possibilidade de configurar situação excepcional que justifica a negativa da pretensão de substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Extrai-se da decisão impugnada:

HABEAS CORPUS. DELITO DE TÓXICOS, DENTRE OUTRO. CONSTA DOS AUTOS QUE A AUTORIDADE POLICIAL, NA DATA DE 11 MAI 2021, AUTUOU EM FLAGRANTE OS PACIENTES PELAS PRÁTICAS DOS DELITOS DE TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. HOMOLOGADO O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE, O DIGNO MAGISTRADO, APÓS A MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, ACOLHEU O REQUERIMENTO FORMULADO E CONVERTEU A SEGREGAÇÃO DOS FLAGRADOS EM PREVENTIVA. NO CASO EM COMENTO, EXTRAI-SE DA DECISÃO QUE HOMOLOGOU O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE, QUE POR OCASIÃO DOS FATOS, OS AGENTES PÚBLICOS, APÓS RECEBEREM DENÚNCIA DE TRÁFICO NO LOCAL DENOMINADO "BOCA DA MARTELO", DESLOCARAM-SE ATÉ LÁ E, EM DILIGÊNCIA, VISUALIZARAM UMA MULHER, IDENTIFICADA COMO CAMILA, DENTRO DO PÁTIO DE UMA RESIDÊNCIA, REALIZANDO A ENTREGA DE ALGO PARA SEU IRMÃO, POSTERIORMENTE IDENTIFICADO COMO KELVIN, O QUAL FOI AO ENCONTRO DE UM TERCEIRO INDIVÍDUO, IDENTIFICADA COMO ALEXSANDRA, ENTREGANDO-LHE ALGO. FEITA A ABORDAGEM DESTA QUE DESENCADEOU A APREENSÃO. ESTA AFIRMOU QUE KELVIN ERA QUEM LHE REPASSAVA AS SUBSTÂNCIAS. ABORDADO, KELVIN CONFESSOU PEGAR AS DROGAS NA RESIDÊNCIA DE SUA IRMÃ, CAMILA. CAMILA, POR SUA VEZ, FRANQUEOU A ENTRADA À SUA RESIDÊNCIA AOS POLICIAIS, SENDO ENCONTRADO NO PÁTIO UMA SACOLA CONTENDO 50 PORÇÕES DE MACONHA, 61 UNIDADES DE COCAÍNA, BEM COMO CERCA QUANTIA EM DINHEIRO. NESSE DIAPASÃO, NECESSÁRIA QUE SEJA RECONHECIDA, PORORA, A LEGALIDADE DA BUSCA DOMICILIAR REALIZADA, JÁ QUE AMPARADA NO PRÉVIO MONITORAMENTO DO LOCAL, INCLUSIVE COM A PRISÃO DE SEDIZENTE USUÁRIO DE DROGAS, QUE CONFIRMOU A AQUISIÇÃO DE DROGAS NO LOCAL. OUTROSSIM, SEGUNDO CONSTA DOS AUTOS, CAMILA TERIA FRANQUEADO O ACESSO AO IMÓVEL. INFERIR DE MODO DIVERSO, OU SEJA, PELA ILEGALIDADE DA BUSCA DOMICILIAR, CERTAMENTE DEMANDARIA O REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO, O QUE NÃO É POSSÍVEL NA VIA

ESTREITA DO HABEAS CORPUS. O JUÍZO A QUO AO ACOLHER O REQUERIMENTO FORMULADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E CONVERTER A PRISÃO EM FLAGRANTE DOS PACIENTES, ASSIM O FEZ DE MODO FUNDAMENTADO. COMO SE VÊ DA DECISÃO ALHURES REPRODUZIDA, O JUÍZO AQUO, NO CASO EM EXAME, DESTACOU A NECESSIDADE DE MEDIDA EXTREMA, PARA FINS DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, TENDO EM VISTA A QUANTIDADE DE ENTORPECENTES APREENDIDOS (50 PORÇÕES DE MACONHA, COM PESO TOTAL DE 110G; 61 PORÇÕES DE CRACK, PESANDO 39,10G; 219 PORÇÕES DE COCAÍNA, PESANDO 109G; 05 PORÇÕES DE MACONHA, PESANDO 11,7G; 24 PORÇÕES DE COCAÍNA, PESANDO 12,10G) E A APARENTE REITERAÇÃO DELITIVA DOS AGENTES, QUE REGISTRAM OUTRAS OCORRÊNCIAS POLICIAIS POR DELITOS DA MESMA NATUREZA, MOTIVAÇÃO CONSIDERADA IDÔNEA PARA JUSTIFICAR A PRISÃO CAUTELAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. SOMA-SE A ISSO, AS CIRCUNSTÂNCIAS DA PRISÃO (PRÉVIA INFORMAÇÃO SOBRE O COMÉRCIO ILÍCITO DE DROGAS) E A PRISÃO DE SEDIZENTE USUÁRIO DE DROGAS, QUE OUVIDO NA DELEGACIA DE POLÍCIA, DISSE QUE FOI ABORDADO PELOS POLICIAIS NO MOMENTO EM QUE ADQUIRIA 06 PEDRAS DE CRACK DA FLAGRADA ALEXSANDRA (...) EM RELAÇÃO AO PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR, FORMULADO EM FAVOR DA PACIENTE ALEXSANDRA, CONQUANTO A DEFESA TENHA COMPROVADO QUE A PACIENTE TEM DOIS FILHOS MENORES DE 12 (DOZE) ANOS DE IDADE, NÃO HÁ CERTEZA QUE A CONVIVÊNCIA DA PACIENTE COM SEUS FILHOS É A MELHOR SOLUÇÃO A SER SEGUIDA, OU QUE ESSA POSSA PROTEGÊ-LOS; PELO CONTRÁRIO, OS FATOS ATÉ AGORA REVELADOS DEMONSTRAM QUE A MANUTENÇÃO DA PACIENTE EM SEU LAR, ALÉM DE PERMITIR QUE ELA PROSSIGA LIVREMENTE NO MISTÉRIO DE COMERCIALIZAR DROGAS, É NEGATIVA PARA AS CRIANÇAS, POR SUA APARENTE DEDICAÇÃO A ATIVIDADES CRIMINOSAS. COM EFEITO, COMO JÁ ANOTADO, A PRISÃO EM FLAGRANTE DOS PACIENTES NÃO OCORREU DE MODO ALEATÓRIO, MAS SIM FOI PRECEDIDA DE INFORMAÇÃO SOBRE O COMÉRCIO ILÍCITO DE DROGAS NO LOCAL, COMPLEMENTADA POR MONITORAMENTO, QUE RESULTOU, INCLUSIVE, NA ABORDAGEM DE SEDIZENTE USUÁRIO DE DROGAS, O QUAL CONFIRMOU A AQUISIÇÃO DE 06 PEDRAS DE CRACK DA FLAGRADA ALEXSANDRA. OUTROSSIM, CONQUANTO NÃO SEJA POSSÍVEL VERIFICAR OS ANTECEDENTES DA PACIENTE (O ATAQUE CIBERNÉTICO EFETIVADO CONTRA O SISTEMA DE INFORMÁTICA DO PODER JUDICIÁRIO INVIABILIZOU O ACESSO ÀS CERTIDÕES DE ANTECEDENTES), CONSTATA-SE DOS AUTOS QUE ALEXSANDRA REGISTRA OUTRAS OCORRÊNCIAS POLICIAIS POR DELITOS DA MESMA NATUREZA, O QUE INDICA, EM TESE, A SUA REITERAÇÃO DELITIVA. NESSE CONTEXTO, SE É CERTO QUE O ENCARCERAMENTO DA MÃE CAUSA SÉRIO ABALO NO FILHO MENOR, QUE SE VÊ PRIVADO DO CUIDADO MATERNO, TAMBÉM É CERTO AFIRMAR QUE O CONVÍVIO COM A IMPUNIDADE DIANTE DE CRIME TÃO GRAVE CAUSA IGUAL

COMPROMETIMENTO E ABALO, NÃO SÓ NACRIANÇA QUE VÊ COM OLHOS DE NORMALIDADE ESSA SITUAÇÃO,MAS TAMBÉM NA SOCIEDADE QUE, IMPOTENTE, SE VÊ À MERCÊDO EFETIVO AUMENTO DA CRIMINALIDADE FEMININA. AUSENTE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

Portanto, por ora, é recomendável o indeferimento do pedido de liminar, reservando-se ao ministro relator e ao respectivo colegiado a análise mais aprofundada da matéria.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente